



1ª Plenária Intercongressual Profª Raquel Guisoni da APEOESP decidiu:

VAMOS À GREVE!

Grande ato de entrega da pauta: 21/02/25
Assembleia Estadual, com indicativo de greve: 21/03/25

Encerramos 2024 sob fortes ataques do governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas: confisco das verbas da Educação, privatização das escolas, matriz curricular empobrecida, fechamento de classes no noturno, entre outros.

Organizamos o enfrentamento com forte mobilização nas ruas, na Alesp, na Bolsa de Valores e até no STF, onde Fábio de Moraes, nosso primeiro presidente e a Professora Bebel, nossa segunda presidente e deputada estadual, estiveram para denunciar o programa de escolas cívico-militares.

Nos dias 13 e 14/12, realizamos a 1ª Plenária Intercongressual, intitulada Professora Raquel Guisoni, em homenagem a uma grande lutadora na APEOESP, no SINPEEM, na CNTE e no movimento social. Sob o tema *"APEOESP junto com os movimentos sociais: queremos Educação e serviços públicos de qualidade para todos"*, a Plenária tomou importantes decisões, como você poderá ver no encarte especial.

A principal deliberação foi a organização de uma forte greve da categoria, contra o desmonte da Educação pública, pelos nossos direitos e reivindicações, com apoio da sociedade civil e dos movimentos sociais, que estiveram representados no ato político que encerrou a Plenária.

Além do conteúdo deste Jornal, veja também nossas lutas no Parlamento no encarte especial.



Unidade dos movimentos em defesa da Educação e serviços públicos



1ª Plenária Intercongressual da APEOESP

Nossa luta não para!

ÍNDICES DA APEOESP DEZEMBRO/ 2024



PEB I (24h): R\$ 1.562,22

PEB II (24h): R\$ 1.808,47

PSPN (2024): R\$ 4.580,57

SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.412,00

SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 6.769,87

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE DEZEMBRO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

Saúde mental e responsabilidade do CEE

Vinculado à Secretaria de Educação de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação propõe no documento "limites da responsabilidade das escolas nos casos que envolvem a saúde mental dos alunos" reduzir a atenção à saúde mental nas escolas. O documento foi apresentado no último mês de agosto, poucos dias após o suicídio de um estudante de 14 anos do Colégio Bandeirantes, localizado na zona sul da capital. A proposta de autoria do conselheiro Hubert Alquéres, diretor do Bandeirantes, foi endossada por outro membro do Conselho Estadual de Educação, Mauro de Salles Aguiar, acionista do Colégio.

O caso extremo de racismo, homofobia e bullying que vitimou o estudante demonstra não apenas como a escola pode ser um ambiente hostil, mas também como o Conselho Estadual de Educação, que deveria ser um órgão democrático e atento às necessidades da comunidade escolar, tornou-se



A mais recente edição do Boletim da Consciência Negra da APEOESP destaca a insensibilidade e ausência de comprometimento do Conselho Estadual de Educação com a comunidade escolar, diante do suicídio de um estudante, submetido a humilhações em colégio de elite da capital paulista

porta-voz de empresários do setor educacional. "Não tem que ter psicólogo na

escola.", determinou o conselheiro Salles Aguiar em uma das recentes reuniões do Conselho. Os advoga-

dos da família do estudante, submetido a episódios diários de agressões e humilhações dentro da escola, pretendem criar uma jurisprudência sobre bullying e racismo, ao impetrar várias ações de reparação; entre elas, contra o Governo de São Paulo, por não fiscalizar, através da Secretaria de Educação, a violência escolar.

Pesquisa divulgada pelo Datafolha no Dia da Consciência Negra revela que 76% das mães e pais têm medo de que seus filhos sejam alvos de bullying na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece, no artigo 61, que profissionais da escola devem estar preparados "para identificação de maus-tratos, negligência e violência sexual praticados contra crianças e adolescentes".

A família também está em processo judicial contra o Colégio Bandeirantes, a ONG Ismart, que seleciona estudantes de baixa renda para escolas particulares, e os responsáveis pelos quatro estudantes envolvidos nos episódios que culminaram com a morte do garoto.

Além da LDB, há ainda duas leis específicas sobre o tema: a 13.185/2015, que define as ações preventivas que devem ser implantadas para combater o bullying, e a 14.811/2024, que criminaliza a prática.

Retrato: Atuação docente em múltiplas escolas

Levantamento exclusivo da Fundação Carlos Chagas, em parceria com a Universidade de Stanford e o D'e (Dados para um Debate Democrático na Educação), revela que aproximadamente 450 mil professores brasileiros trabalham em duas ou mais escolas

A jornada não é provocada apenas pela baixa remuneração, que é o principal motivo apontado pelos professores que enfrentam a rotina de deslocamento entre diferentes unidades escolares. Questões

como as matrizes curriculares e os processos de atribuição de aulas contribuem para esta realidade, que traz prejuízos à saúde do profissional e à qualidade do ensino e da aprendizagem.

"Professores que trabalham em múltiplas escolas participam menos de atividades coletivas, como conselhos escolares e planejamento do projeto político-pedagógico da escola e oferecem menor apoio acadêmico aos estudantes", acrescentam os pesquisadores.

Apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Instituto Península, Instituto Sonho Grande e Movimento Profissão Docente, a pesquisa apresenta um panorama da relação entre a atuação docente em múltiplas escolas e outros fatores, como tipo de rede, etapa de ensino, componente curricular, tipo de contrato de trabalho, localização das escolas e características dos profissionais.

APEOESP: Educação, Cultura & Leitura



A 6ª Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, divulgada no último mês de novembro, revela que o Brasil está se tornando um País de não leitores, onde livros não são frequentes nem mesmo na sala de aula. Considerada a mais aprofundada

pesquisa sobre hábitos de leitura, Retratos indica que houve uma redução de 6,7 milhões de leitores no país, nos últimos quatro anos. O Instituto Pró-Livro, responsável pela pesquisa, descobriu que 53% dos brasileiros não leram sequer parte de um livro - impresso ou digital - nos três meses anteriores ao levantamento. Entre os leitores, apenas 19% citaram o espaço escolar como local de leitura.

A APEOESP, idealizadora da Campanha "Livros Sim, Armas Não", faz indicações semanais de leitura, através do Boletim Educacional e Cultural, que também destaca eventos como a Bienal do Livro, a Flip e ações como o Prêmio Jabuti e outras iniciativas que

protagonizam o indispensável ato da leitura. A publicação destaca-se também por oferecer conteúdo que prioriza grupos historicamente invisibilizados, que aliás, são temas de outras publicações especiais do Sindicato, que podem ser levadas para leitura em sala de aula, como o Boletim da Consciência Negra e outros, que representam o compromisso do Sindicato com a Educação, a Cultura e os Direitos Humanos. Mestre e inspiração de gerações de educadores, o professor Antonio Cândido escreveu que a literatura era um bem tão essencial que deveria ser inscrito como um direito humano fundamental, tal qual o direito à alimentação e à moradia.

Memória



Secretário de Organização da Capital na APEOESP (gestão de 1993/1996), o professor Jonas Nilson da Matta faleceu no dia 11 de setembro. Aposentado na EMEF Derville Allegretti, o professor Nilson atuou especialmente na subseleção Sudeste/Centro e também no Sinpeem - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo.

Editorial

VAMOS À GREVE CONTRA O DESMONTE DA EDUCAÇÃO

Enfrentamos mais um ano repleto de lutas e desafios. E continuamos mobilizados!

Após as eleições municipais, cujos resultados não foram favoráveis à esquerda e aos movimentos sociais, o governador neoliberal e bolsonarista de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sentiu-se fortalecido para implementar com força total seus projetos privatistas de desmonte da Educação e demais serviços públicos. Esta edição do Jornal da APEOESP aborda os ataques do governo e nossas mobilizações.

Resistência e luta

A frase recorrente entre os professores é que a situação está insuportável nas escolas. Se isto é verdade, não é menos verdadeiro que este governo enfrenta nossa tenaz resistência: nas ruas, nas escolas, na Assembleia Legislativa, no judiciário, nas redes sociais, em todos os espaços.

Desde o início de 2024 lutamos pelos direitos da categoria O e dos demais professores no processo de atribuição de classes e aulas, que se demonstrou desorganizado, injusto e sem transparência. Conseguimos corrigir muitas situações, seja pressionando a SEDUC, seja recorrendo à via judicial.

Neste ano, estamos atuando fortemente junto à SEDUC para que tenhamos um processo de atribuição presencial, justo e transparente em 2025.

Novamente, o governo se recusou a prorrogar os contratos de 8 mil professores, iniciados em 2021. Por outro lado, foi feita a recondução dos docentes em suas escolas, com determinados

critérios, nem todos justos, como a exigência de elevada assiduidade no ano corrente.

Havíamos conquistado liminar que obrigou o governador Tarcísio a desistir da implementação das escolas cívico-militares em 2025. Infelizmente a liminar foi suspensa pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, onde tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs), que podem levar ao fim deste programa. Por meio do primeiro-presidente e da segunda presidenta da APEOESP, Fábio de Moraes e Professora Bebel, nosso Sindicato teve importante participação na audiência pública que debateu a questão em Brasília.

Outra grande campanha é contra a privatização de 33 escolas, cuja construção e cessão da gestão para empresas privadas foi feita por meio de leilões na Bolsa de Valores de São Paulo em dois lotes de 17 e 16 unidades escolares. Nos mobilizamos fortemente contra isso, e continuaremos a nos mobilizar, recorrendo também, novamente, à via judicial.

Entre tantas outras medidas deste governo contra a Educação e os serviços públicos, destacamos a nova organização curricular do ciclo II do ensino fundamental e médio. Com sua visão retrógrada e utilitarista de Educação, o secretário Renato Feder mandou reduzir aulas de Geografia, História, Arte, Sociologia, Ciências e ampliou apenas aulas de Português e Matemática, além de introduzir a disciplina de Educação Financeira. Lutamos pela implementação das

novas diretrizes curriculares do ensino médio, deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Ataque brutal do governo

O maior ataque foi a aprovação da PEC 9/2023, que reduz a dotação orçamentária para a Educação, de 30% para 25%, resultando no confisco de R\$ 11 bilhões, em valores atuais. O projeto foi aprovado na Alesp pela maioria governista, incentivada pela liberação de emendas de R\$ 20 milhões para cada parlamentar. Uma vergonha e um crime contra a Educação pública. Mas a APEOESP, juntamente com a deputada e segunda presidenta do Sindicato, Professora Bebel, nossa referência na Assembleia, não recuou em nenhum momento desta luta (veja encarte especial). Como sempre, a enfrentamos e trabalhamos para superar todos obstáculos.

Para vencer esse projeto de desmonte da Educação e dos serviços públicos, é preciso que a nossa categoria se levante junto com o Sindicato. Desde as escolas e nas regiões, vamos organizar a greve da nossa categoria. Em 21 de fevereiro realizaremos um grande ato para entrega da nossa pauta, precedido de mobilizações regionais e a primeira assembleia será em 21 de março, com indicativo de greve. Esta foi a deliberação central da 1ª Conferência Intercongressual da APEOESP "Raquel Guisoni", que realizamos nos dias 13 e 14 de dezembro. Vamos derrotar este governo nas ruas e nas urnas!

Diretoria da APEOESP

Contra cortes nas verbas nas áreas sociais

Depois de muita pressão do chamado "mercado" o governo Lula anunciou um pacote fiscal que prevê isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, taxação de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais, redução de benefícios a militares, fim dos supersalários e outras medidas. Porém, também muda a fórmula do reajuste do salário mínimo,

prorroga a Desvinculação das Receitas da União até 2032, limita benefícios como bolsa-família, Benefício de Prestação Continuada, o crescimento das verbas do FUNDEB e reduz verbas da Lei Aldir Blanc. Não podemos aceitar!

A APEOESP publicará nota sobre o pacote, remetido ao Congresso Nacional.

Sem anistia para os golpistas

A Polícia Federal prendeu o general Braga Neto e indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e 36 outras pessoas, ex-integrantes de seu governo, envolvidos em um plano para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice, Geraldo Alckmin e o ministro do STF, Alexandre de Moraes, para tomarem o poder.

Em 19 de novembro a Polícia

Federal prendeu militares e um policial federal. Na semana anterior, um homem detonou explosivos em frente à sede do STF, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, vindo a falecer.

O plano golpista vai se revelando a cada dia. Entre seus articuladores estão os generais Braga Neto, candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro em 2022, Heleno da Silveira, o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto e outros indiciados.

Não se pode admitir nenhuma tentativa de anistia aos golpistas. Os executores e mandantes têm que ser presos, julgados e condenados. A democracia brasileira ainda corre riscos e devemos estar sempre alertas para defendê-la.

Eleição de Trump: alerta para o mundo

A eleição de Donald Trump nos EUA é uma derrota das forças democráticas e poderá afetar o Brasil, além de produzir reflexos mundiais. Entre as medidas anunciadas está o endurecimento das regras de imigração e deportações, o que poderá afetar milhares de brasileiros.

Haverá aumento de até 100% nas taxas de importação, afetando as exportações brasileiras. Em relação aos produtos chineses, poderá haver aumento de 60% e até 200% nas alíquotas, dependendo do caso.

Certamente, a eleição de Trump também terá impactos nos dife-

rentes conflitos em andamento no mundo, como o genocídio do povo palestino, a guerra na Ucrânia, a situação na Síria pós queda de Bashar Al Assad e tantos outros. Finalmente, o negacionismo climático de Trump poderá agravar ainda mais o aquecimento global.

NOSSA LUTA

BARRAMOS AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DE TARCÍSIO E FEDER!

Porém, ministro cassou a liminar, pois o TJSP teria invadido prerrogativa do STF



Professores e estudantes diante da Bovespa contra privatização

A APEOESP conseguiu barrar a implementação das escolas cívico-militares em 2025, projeto que fora aprovado em maio pela maioria governista na Alesp, sob forte repressão policial.

De forma articulada com o mandato popular da deputada Professora Bebel, segunda presidenta do nosso Sindicato, convocamos mobilizações de professores, chamando também as entidades estudantis e movimentos sociais e fizemos denúncia do caráter autoritário e excludente do projeto. No dia da votação, tropas da Polícia Militar agrediram de forma truculenta as pessoas que se manifestavam nas galerias da Assembleia.

Aprovado o projeto, fomos à Jus-

tiça e conquistamos liminar no TJSP que suspendeu a sua aplicação até o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade que tramitam no Supremo Tribunal Federal. Diante disto, o governo anunciou a desistência de iniciar esse programa em 2025.

Porém em 26/11, o ministro Gilmar Mendes decidiu pela cassação da nossa liminar por entender que o TJSP teria invadido prerrogativa do STF.

Há ainda a possibilidade do ministro conferir liminar na ADIN que tramita no Supremo.

APEOESP esteve no STF

A APEOESP participou da Audiência Pública no STF, em 22 de outubro, por meio de seu primeiro



Profª Bebel denuncia os ataques contra a escola pública

presidente, Fábio de Moraes, de maneira virtual, e da segunda presidenta, Professora Bebel, presencialmente. Reforçamos que este projeto não está previsto na Constituição Federal, nem na LDB. Além disso,

desvia verbas da Educação pública regular e atenta contra princípios da educação brasileira, como a liberdade de ensinar e aprender, a gestão democrática e pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

Devemos assinalar que estamos atentos ao projeto político-eleitoral de Tarcísio de Freitas, que busca atrair e manter lideranças e eleitorado bolsonaristas, dando continuidade não apenas ao programa de escolas cívico-militares - que dialoga com o movimento escola sem partido -, mas também a diferentes medidas de ataque à Educação pública, alvo preferencial da extrema-direita neoliberal.

APEOESP na audiência do STF



Luta contra privatização das escolas não acabou!



os dias 29/10 e 4/11, o governador Tarcísio de Freitas realizou dois leilões na Bolsa de Valores de São Paulo, entregando para empresas privadas a gestão de 33 unidades escolares a serem construídas em regime de parceira público-privada. A concessão vale por 25 anos, ao custo total de cerca de R\$ 23 milhões ao mês, que serão repassados pelo governo a essas empresas. Numa conta rápida, sem as correções, essa operação terá

um custo de R\$ 6,9 bilhões para os cofres públicos.

A simples realização desses leilões já configura um escândalo. Escolas visam formar pessoas e não são negociáveis em Bolsa de Valores. Mais grave ainda que isto ocorra no momento em que este governo cortou R\$ 11 bilhões anuais da Educação, em valores atuais.

Como pode cortar verbas e, ao mesmo tempo, recorrer a uma operação dessas para construir escolas? Este governo se mostra incompetente para cumprir suas funções mais básicas.

Gestão democrática

Uma escola pública não pode

ser separada em gestão administrativa e pedagógica. Ela é um organismo educador por inteiro. Todos os seus espaços e serviços existem em função do processo educativo. Por isso, a Constituição Federal e a LDB estabelecem a gestão democrática para que todas as escolas sejam geridas pela direção escolar e pelo Conselho de Escola, composto pela direção, professores, funcionários, estudantes e pais.

Não desistiremos de lutar contra essa privatização.

Continuaremos a denunciá-la à sociedade e utilizaremos todos os meios, políticos e jurídicos, para que não se concretize.

Pela devolução



Após dois anos de vigência, nossa mobilização derrubou o confisco de aposentados e pensionistas no estado de São Paulo. Além da nossa luta sindical, o fim do confisco exigiu habilidade política da deputada estadual e então presidenta da APEOESP, na Alesp. Havia em tramitação alguns PDLs para derrubar o confisco, o que só foi possível a partir do Projeto de Lei Complementar articulado pela Professora Bebel que, de forma inédita, foi assinado por todos os

A CONTINUA!

Tarcísio fecha classes noturnas e amplia exclusão

Levantamento parcial da APEOESP, com dados do dia 26 de novembro, indica que o governador Tarcísio de Freitas e o secretário Renato Feder estão fechando pelo menos 147 classes de ensino médio e 10 classes de EJA no noturno, em 65 escolas estaduais, localizadas em 28 municípios.

Esses dados representam apenas uma pequena amostra do que vem ocorrendo. Mesmo assim, pelos dados coletados, em torno de cinco mil estudantes trabalhadores ou que desenvolvem outras atividades durante o dia estão sendo impedidos de estudar, ampliando a exclusão que tem sido a marca registrada desse governo neoliberal, assim como de governos estaduais anteriores.

Este governo ignora completamente a realidade socioeconômica da juventude paulista e tira das pessoas que não puderam estudar na idade certa este direito. Além disso, utiliza o falso argumento de que não há demanda por classes noturnas, o que é contraditado por uma simples verificação nas escolas e nas comunidades. Admitindo que haja em algumas



regiões uma redução da demanda, o governo deveria desdobrar classes com mais estudantes, aproximando a composição das classes de um número de estudantes que propicie melhor qualidade do ensino. No entanto, opta pelo fechamento de classes.

No dia 26 de novembro, mesma data em que realizamos um ato na Praça da República em torno das questões emergenciais que afetam nossa categoria, tivemos reunião com o secretário executivo da SEDUC e cobramos o não fechamento das classes no noturno. O secretário comprometeu-se então a examinar caso a caso e estamos atentos para que efetivamente isto ocorra e que as classes não sejam fechadas.

Não à PEC 66!

Contra o confisco de aposentados

deputados, aprovado por unanimidade e sancionado pelo governador no final de 2022.

Agora, estamos em luta pela devolução dos valores confiscados. A APEOESP ingressou com ação judicial, ao mesmo tempo em que o tema está passível de julgamento no STF. Na Alesp, tramita o PLC 136/2023, de autoria da nossa deputada estadual, com parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, determinando que o que foi confiscado seja devolvido. Entretanto, enfrentamos outra ameaça, desta vez em nível nacional.

Em agosto, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 que amplia os prazos para refinanciamento de dívidas previdenciárias dos municípios; altera regras para o pagamento de precatórios e impõe de forma automática

as regras da Reforma da Previdência aprovada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para estados, municípios e DF, o que hoje não ocorre. O projeto tramita agora na Câmara dos Deputados para votação.

Isso pode fazer com que servidores tenham reduzidos seus direitos e passem a ser regidos por regras mais duras para se aposentar, como tempo e idade. Mas o pior é que a PEC 66 pode também autorizar estados e municípios a subir as alíquotas de contribuição que representam verdadeiro confisco nos vencimentos de aposentados e pensionistas, sob pretexto de cobrir rombos nas contas previdenciárias desses entes federativos.

A APEOESP está integrada na luta para impedir a aprovação da PEC no Congresso Nacional e distribuiu em outubro material explicativo que pode ser encontrado em nosso Portal (www.apeoesp.org.br).

Grande ato de entrega da pauta:
21/02/25

Assembleia Estadual, com indicativo de greve:
21/03/25

Professora Bebel, presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Alesp, questiona secretário Renato Feder durante prestação de contas.

Implementação imediata das diretrizes curriculares nacionais

A redução de aulas de disciplinas como História, Geografia, Arte, Ciências, Filosofia e Sociologia no ensino médio é um ataque aos direitos educacionais dos jovens e causa demissões de professores na rede de ensino.

O empobrecimento curricular é parte do projeto de destruição da Educação pública do governo Tarcísio e Feder, que se soma a medidas de controle, vigilância, assédio e plataformização do processo ensino-aprendizagem.

A APEOESP exigiu e continua a exigir deste governo que implemente imediatamente as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio decididas e publicadas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que revogam uma série de dispositivos que configuraram a famigerada reforma do ensino médio (MP 746/2026) imposta por Michel Temer. Continuamos nossa luta pela revogação total da reforma do ensino médio, mas os avanços das novas diretrizes são evidentes, como expôs o presidente do CNE, professor César Callegari, em nosso 1º Plenária Intercongressual.

Entre outras mudanças, as diretrizes estabelecem parâmetros para a construção das propostas pedagógicas de cada unidade escolar e define o conceito "Projeto de vida" como uma estratégia transdisciplinar, coletiva, para a formação dos estudantes, não um projeto individual. Também foram definidos parâmetros gerais para a oferta dos itinerários, que deverão ser complementados com orientações específicas para cada área de conhecimento.

Nossa luta é para garantir sólida formação básica para os jovens, para que tenham autonomia intelectual que lhes garanta boas perspectivas de futuro na vida pessoal, na continuidade dos estudos e na vida profissional e não sejam moldados a um pensamento conformista diante da sociedade em que vivemos.

Em nosso Portal (www.apeoesp.org.br), no Boletim APEOESP Informa Urgente 103, você pode consultar o comparativo das reduções de disciplinas entre as matrizes de 2024 e 2025 na rede estadual de ensino.

Pelo fim da jornada 6x1



Está em debate no Congresso Nacional a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição para acabar com a jornada 6x1, reduzindo a jornada de trabalho para 4x3 (quatro dias de trabalho

e três de descanso por semana). A proposta de autoria da deputada Érica Hilton (PSOL) conta com a assinatura de 213 deputados. Outra proposta no mesmo sentido, já em tramitação na Câmara dos Deputados é a PEC 221/2019, do deputado Reginaldo Lopes, do PT.

AAPEOESP apoia o fim da escala 6x1, por ser exaustiva para milhões de trabalhadores, que não conseguem descansar, ter acesso ao lazer e resolver questões familiares.

“A VIDA NA ESCOLA ESTÁ INSUPORTÁVEL!” ESSE É O GRITO DA NOSSA CATEGORIA

*Chega de opressão e perseguição aos professores.
Queremos atribuição de aulas justa e salários dignos!*



APEOESP não se furtará à luta em defesa da categoria



Professores em assembleia reivindicam direitos

Nos últimos anos, o processo de atribuição de classes e aulas tem sido momento de opressão e perseguição contra as professoras e professores. A SEDUC vem publicando muitas resoluções e normas a cada semana, tornando esse processo ainda mais opressivo.

Em primeiro lugar, o governo se recusou, pelo segundo ano seguido, a prorrogar os contratos dos professores da categoria O. Ao mesmo tempo, instituiu uma recondução de professores em escolas regulares e escolas PEI que estabelece regras que atacam profundamente os direitos de cada docente.

A recondução deixa os professores literalmente nas mãos das equipes gestoras, que tem todo o poder de decidir se este ou aquele professor poderá ser reconduzido. Não bastasse isso, a SEDUC impôs uma regra de assiduidade que praticamente inviabiliza essa recondução. Além de ser uma desumanidade, pois leva professores a trabalharem doentes, a exigência de altos índices de assiduidade – sem contrapartida em termos de valorização salarial, profissional e condições de trabalho – prejudica a categoria na promoção na carreira, bônus e outras questões que afetam cada docente.

Entre essas regras opressivas, podemos citar:

➔ **Alteração de jornada:** a regra condiciona o professor titular de cargo à frequência estabelecida em resolução para poder ampliar sua jornada de trabalho para o

próximo ano. Caso não tenha alcançado o percentual mínimo exigido não poderá alterar sua jornada para o próximo ano letivo.

Caso o docente seja contemplado com ampliação de jornada para o ano letivo de 2025, e em 2024 tenha mais de 60 faltas aulas durante o ano ou 12 em um único mês terá anulada a sua ampliação de jornada e retornando para jornada anterior.

➔ **Carga suplementar:** o mesmo ocorre para o caso do professor que deseja assumir carga suplementar para 2025. Caso no período de 15/02 a 31/08/24 ele tenha menos que 90% de frequência, não poderá pegar carga suplementar para o ano letivo de 2025 e caso consiga pegar e tenha mais do que 60 faltas aulas durante o ano de 2025 ou 12 faltas

aulas em um mês também perderá sua carga suplementar.

➔ **Aumento de carga horária de opção aos docentes não efetivos (P, N e F):** da mesma forma como ocorre para os docentes titulares para ampliação de jornada e carga suplementar o docente não efetivo não poderá criar sua carga horária de opção caso não tenha 90% de frequência no período citado acima.

Para estes casos a APEOESP está atuando judicialmente contra a medida.

➔ **Recondução do docente contratado:** o docente contratado, mesmo que tenha sido avaliado favoravelmente em todos os requisitos, se o Diretor decidir pela não recondução, não permanecerá na mesma unidade escolar.

Nesse quadro, não é difícil prever

que o processo de atribuição de classes e aulas em 2025 poderá ser mais uma vez desorganizado e extremamente prejudicial para a nossa categoria, tanto efetivos, quanto estáveis e, mais ainda, para os professores da categoria O. Não podemos permitir!

Ações judiciais

A APEOESP já ingressou com ações judiciais contra os critérios punitivistas de assiduidade e obteve liminar (infelizmente depois cassada) no que se refere aos dias de efetivo exercício, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos. Esta ação continua em tramitação para julgamento de mérito. Outra ação judicial impetrada foi em relação ao não desconto de licença saúde e licença prêmio. Esta ação também está em tramitação. O Sindicato já assegurou no TJ/SP liminar que determina que os docentes das escolas PEI podem cumprir a parte da jornada sem interação com estudantes (APDs e APLs) em local de livre escolha e não necessariamente dentro das unidades escolares, como quer obrigar a SEDUC. Cabe recurso da liminar, que se encontra vigente. Ingressaremos também contra a impossibilidade de ampliação de jornada e de carga suplementar com faltas aula ou dia.

Da mesma forma que nossa presença nos polos de escolha de vagas do concurso de Professor de Ensino Fundamental e Médio garantiu a transparência do processo e defesa dos direitos dos ingressantes, exigiremos a mesma participação presencial nos polos de atribuição de aulas, assim como junto ao comando central do processo.

Fiscalização da APEOESP garantiu lisura na escolha de vagas do concurso

No momento em que a SEDUC anunciou o calendário de escolha de vagas do concurso de Professor de Ensino Fundamental e Médio, a APEOESP exigiu presença de seus representantes nos 17 polos da escolha e também na coordenação central do processo, situada na Coordenadoria Geral de Recursos Humanos, em São Paulo.

Desta forma, a APEOESP de-

signou mais de 400 professores e professoras, que estiveram nos polos e na CGRH, assegurando que os procedimentos tivessem transparência, que a lista de chamada fosse respeitada e que a escolha transcorresse de forma a garantir os direitos de todas e todos.

Lutamos, neste momento, pela ampliação da convocação dos concursados, de todas as disciplinas, inclusive Filosofia e Sociologia.

Nesta oportunidade, queremos cumprimentar nossos representantes neste processo, pela excelência do trabalho que realizaram. Este é o modelo de fiscalização que queremos para o processo de atribuição de aulas, pois não é possível admitir que não haja transparência e o absurdo volume de problemas e injustiças que temos assistido nos últimos anos.



Exigimos salários dignos e justos!

Nossa categoria continua a ser vítima de uma política de desvalorização salarial e profissional promovida pelo governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas/Renato Feder.

Este governo não cumpre a lei do piso salarial profissional nacional e paga de forma ilegal apenas um abono complementar, restrito a quem recebe menos que o piso nacional, sem incorporação ao salário-base. A forma correta é aplicar o reajuste do piso nacional no salário base, com repercussão em todos os cargos e níveis da carreira.

A APEOESP ingressa todos os anos com ação judicial pelo reajuste do piso. Em 2017, vencemos a ação em todas as instâncias, porém o governo conseguiu bloquear o pagamento do reajuste de 10,15% no Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa situação de desrespeito e desvalorização é mais um forte motivo para realizarmos uma greve e forçar o governo à negociação.

Veja nas tabelas o nível de desvalorização a que chegaram nossos salários.

Pelo cumprimento da lei do piso nacional

A Portaria Interministerial nº 7, de 29/12/2023 revisou a portaria anterior, que estipulava o valor mínimo anual por aluno (VAA Fundeb) para o exercício de 2022, passando-o de R\$ 5.129,80 para R\$ 5.315,56, aumento de 3,62% em 2023.

A defasagem dos nossos salários em relação ao piso salarial profissional nacional se mantém muito elevada, como mostra a tabela a seguir.

Diferença do PSPN em relação ao salário base da Carreira do Magistério Público Estado de São Paulo, 2016-2024

Ano	PSPN		PEB I	
	Nominal	Salário Base*	Reaj. Necessário	
2016	2.135,44	2.086,94	2,3%	
2017	2.298,59	2.086,94	10,1%	
2018	2.455,35	2.233,02	10,0%	
2019	2.557,74	2.233,02	14,5%	
2020	2.886,15	2.233,02	29,2%	
2021	2.886,15	2.233,02	29,2%	
2022	3.845,52	2.233,02	72,2%	
2023	4.420,23	2.456,32	80,0%	
2024	4.580,57	2.603,70	75,9%	

Fonte: FNDE/MEC e ALESP
Elaboração: DIEESE/Subseção APEOESP

Desvalorização também frente ao salário mínimo

A desvalorização salarial dos professores é algo que pode ser demonstrado não só quando apontamos o não cumprimento da Lei do PSPN, mas também é possível perceber frente a outros indicadores. Como no descompasso existente entre o reajuste do Salário Mínimo Nacional e o salário inicial dos professores estaduais paulistas, ou até

mesmo em relação ao índice de inflação, sendo possível perceber que os professores saem em prejuízo em ambas as comparações. Com isso, supõe-se que a desvalorização dos professores tem sido uma política de Estado em São Paulo.

Pelo cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação

A diferença entre os salários dos professores e dos demais profissionais com ensino superior já foi bem maior, chegando a haver uma necessidade de reajuste de aproximadamente 75,3% em 2012. A queda dessa diferença não ocorreu pela valorização desse profissional, como determina a meta 17 do Plano Estadual de Educação, pois, como vimos anteriormente, os professores foram pouco valorizados no período, sendo assim, a diferença diminuiu devido a queda da renda média dos demais trabalhadores, motivada pelas seguidas crises econômicas que o Brasil enfrenta nos últimos anos, em consonância com a crise posta pela pandemia de Covid-19, além da implantação de um modelo de remuneração por subsídio que não valoriza o tempo de dedicação dos professores no Magistério.

SUBSEÇÃO DA APEOESP
Tabela 3 - Relação do Salário Inicial dos Professores da Educação Básica Pública Paulista e o Salário Mínimo Nacional Estado de São Paulo, 2009-2024

Ano	Salário Mínimo (SM)	Salário Base do PEB I	Salário-base do PEB I em relação ao SM	Salário Base do PEB II	Salário-base do PEB II em relação ao SM
2009	465,00	1.309,17	2,82	1.515,52	3,26
2010	510,00	1.309,17	2,57	1.515,52	2,97
2011	545,00	1.368,75	2,51	1.584,49	2,91
2012	622,00	1.636,21	2,63	1.894,12	3,05
2013	678,00	1.803,93	2,66	2.088,26	3,08
2014	724,00	1.950,41	2,69	2.257,84	3,12
2015	788,00	2.086,94	2,65	2.415,89	3,07
2016	880,00	2.086,94	2,37	2.415,89	2,75
2017	937,00	2.086,94	2,23	2.415,89	2,58
2018	954,00	2.086,94	2,19	2.415,89	2,53
2019	998,00	2.233,01	2,24	2.585,00	2,59
2020	1.045,00	2.233,01	2,15	2.585,00	2,49
2021	1.100,00	2.233,01	2,03	2.585,00	2,35
2022	1.212,00	2.233,01	1,84	2.585,00	2,13
2023	1.320,00	2.456,32	1,97	2.843,50	2,28
2024	1.412,00	2.603,70	1,84	3.014,12	2,13
Varição 2024/2009	203,7%	98,9%	-34,6%	98,9%	-34,5%

Fonte: Governo Federal e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Elaboração: DIEESE/Subseção APEOESP

Tabela 8 - Salário Médio dos Professores Estaduais, dos Outros Profissionais com Ensino Superior e a Necessidade de Reajuste para Equiparação Estado de São Paulo, 3º trimestre 2023

Categoria	Rendimento médio
Outros profissionais	R\$ 7.043,88
Professores Estaduais	R\$ 5.025,26
Reajuste Necessário	40,2%

Fonte: IBGE, PNAD Continua
Elaboração: DIEESE/Subseção APEOESP
Obs.: foram considerados professores estaduais ocupados na área estadual nos seguintes grupos de base da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares - COD:
2330 - Professores do ensino médio
2341 - Professores do ensino fundamental
2342 - Professores do ensino pré-escolar

CNTE e Educação pública presentes nos debates do G20 Social



APEOESP presente na delegação da CNTE que contribuiu com os debates no G20 Social

Antecedendo ao G20, um dos mais importantes encontros de dirigentes mundiais, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se o G20 Social, no período de 14 a 16 de novembro últimos.

O encontro, que contou com mais de 47 mil participantes de diversas partes do mundo, foi uma iniciativa do governo Lula que ressaltou a importância das vozes da sociedade civil nos processos de construção de políticas públicas.

Educação (CNTE) apresentou os resultados do Seminário Internacional da Educação da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), com os encaminhamentos para os temas da Carta de Fortaleza, na atividade "Do local ao global: fortalecendo a educação pública".

A Carta de Fortaleza é fruto do Seminário Internacional da Educação, ocorrido nos dias 29 e 30 de outubro de 2024, na capital cearense.

Diversos temas cruciais como o combate à fome, à pobreza e à desigualdade, além da necessidade de uma transição energética justa e da reforma da governança global fizeram parte dos debates.

Educação Pública não poderia faltar. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Mais de oitenta entidades membros da CPLP-SE e da Internacional da Educação (IE), que participaram do evento no Ceará, assinam o documento que apresenta as principais reivindicações para a Educação pública de qualidade e valorização dos trabalhadores/as da Educação em todo o mundo.

A programação do G20 Social aconteceu em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifesp). Outras importantes entidades da sociedade civil, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) participaram do evento.

Após três dias de intensos debates e atividades culturais, foi entregue ao governo federal a Declaração do Rio de Janeiro, reforçando o apelo de movimentos sociais por justiça global. A Declaração foi entregue a todos os líderes mundiais presentes na cúpula do G20.

APEOESP realiza X Encontro do Coletivo Antirracismo Milton Santos



Primeiro presidente da APEOESP, Fábio Moraes, Segunda presidente, Professora Bebel, sindicalistas, militantes e convidados na abertura do X Encontro

Em comemoração ao mês da Consciência Negra, a APEOESP realizou nos dias 8 e 9 de novembro, na Capital, o “X Encontro do Coletivo Antirracismo Milton Santos”. Organizado pela Secretaria de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racional, o encontro reuniu militantes, sindicalistas, professores e professoras de todo o estado, que debateram temas importantes no combate ao racismo e à discriminação.

O Primeiro presidente da APEO-

ESP, Fábio de Moraes, e a Segunda presidenta, a deputada Professora Bebel, participaram da Mesa de Abertura do Encontro, na manhã do sábado, 8. A coordenação dos trabalhos coube à secretária de Políticas Sociais, Rita de Cássia Cardoso, e do vice-secretário, Richard Araújo, e da professora Deborah Nunes, Coordenadora do Coletivo Antirracismo Milton Santos. Como convidados, o Secretário de Combate ao Racismo da CNTE, Carlos Furado, Gilson

Nunes Vitorio (Gilson Negão) da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), Francisca Pereira da Rocha, da Central dos Trabalhadores(as) do Brasil (CTB), Rosana Aparecida da Silva, Secretária de Combate ao Racismo da CUT-SP.

“Conjuntura Política Educacional e Racial pós-eleições 2024” foi o tema da primeira mesa de debates, que contou com palestras da Professora Bebel, do deputado federal Vicentinho, e da professora Sirlene

Maciel, co-Deputada Estadual da Bancada Feminista do PSOL.

A segunda mesa de debates abordou o tema “A Violência Contra a População Negra no Estado de São Paulo, Educação Paulista pelo viés da Raça e Gênero, Racismo Ambiental e Transição Energética”. Os debatedores foram Claudio Silva, naquele momento ouvidor da Polícia do Estado de SP, Tiago Soares, do Dieese, o agrônomo Celso Oliveira, e professor Antônio Jesus Rocha.

A professora doutora Zara Figueiredo Tripoli abordou o tema “Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola”, encerrando os debates do primeiro dia.

No domingo, aconteceu a quarta mesa de debates, reunindo as palestrantes Antalina Lourenço, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, do Ministério do Trabalho, Stefani Edvirgem da Silva Borges, doutora em Educação, Valkiria de Souza Silva (Kika Silva), Coordenadora do Fórum de Mulheres Negras de SP que discutiram o tema “Política de Empregabilidade para a População Negra; Sororidade e Dororidade; Ancestralidade, Religiosidade e Fé”.

Segunda presidenta da APEOESP recebe prêmios como deputada

Uma das conquistas do nosso Sindicato é o mandato da atual segunda presidenta da APEOESP, como deputada estadual pelo PT.

Destacando-se nas lutas da Educação, da nossa categoria e do funcionalismo, ela também se destaca do ponto de vista de sua atuação mais ampla na sociedade. Elencamos aqui três momentos importantes.



Professora Bebel recebe da Câmara de Vereadores de Piracicaba o título de “Piracicabanus Praeclarus”, 2/6/2024



Homenagem à Professora Bebel como “Promotora de Desenvolvimento” - Alesp, 30/4/2024



Deputada recebe Ato de Congratulações por contribuição ao estreitamento das relações Brasil e Coreia do Sul em 19/12/2024

EXPEDIENTE

DIRETOS RESPONSÁVEIS:

Francisco de Assis Ferreira e Rui Carlos Lopes de Alencar. **Conselho Editorial:** Fábio Santos de Moraes; Maria Izabel Azevedo Noronha; Francisco de Assis Ferreira; Rui Carlos Lopes de Alencar; Zenaide Honório; Sérgio Martins da Cunha; Roberto Guido; Miguel Noel Meirelles; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Walmir Siqueira; Ozani Martiniano de Souza. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTB 23362) e Luis Brandino Fotos: Rogério Cavalheiro, Érica Catarina, Roberto Parizotti e Angélica Alves. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos R. Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Caroline Anselmo de Carvalho e Amanda Souza. **Impressão:** Graftec. **Tiragem:** 140.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em janeiro. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. Redação: Praça da República, 282 - 5º andar - CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP – Gestão 2023-2026

EXECUTIVA

Primeiro Presidente: Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidente:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** José Roberto Guido Pereira; **Vice-Secretário**

de Finanças: Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Edvaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Cunha Carreiro; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Setas; **Vice-Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rui Carlos Lopes de Alencar; **Secretário de Formação:** Fláudio Azevedo Lima; **Vice-Secretária de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fe do Nascimento; **Vice-Secretária de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Walmir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Mauricio Cavalcante dos Santos; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Sueli Fátima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:** Mônica

Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:** Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Solange Aparecida Benedetti Perini; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Josafa Rehem Nascimento Vieira; **Secretário de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Ana Paula dos Santos Lima; **Secretária de Organização para a Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Cilene Maria Obici; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA – DEC

Ademar de Assis Camelo; Aldo Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genes; Alfredo Andrade da Silva; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antônio de Jesus Rocha; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Claudio Juhs Rodrigues; Cleofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Dagmar

Aparecida Rodrigues Silveira; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edivaldo de Marchi; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Blatt; Jailton Farias; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; Jorge Leonardo Paz; José Bonfim Ferreira do Prado; José Carlos Brito Silva; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josefa Gomes da Silva; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal de Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luci Ferreira da Silva; Luis Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enríque; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Mauricio Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldo Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Ronaldo Rodrigues dos Santos; Rosa Maria de Araújo Florentin; Rosane de Matos; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Willian Hugo Correia dos Santos; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.

A ESCOLA PÚBLICA É NOSSA E NINGUÉM TOMA!



APEOESP INGRESSA COM AÇÃO JUDICIAL PARA GARANTIR **30%** PARA A EDUCAÇÃO

Depois de um ano de resistência, governo Tarcísio aprovou a PEC 9/2023 na Alesp

Não desistiremos da luta contra o confisco de verbas

Vivemos momentos difíceis, com tantos ataques à Educação. No dia 27/11, o governo bolsonarista neoliberal de Tarcísio de Freitas conseguiu aprovar na Alesp a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2023 que confisca mais R\$ 11 bilhões anuais das

verbas da Educação, em valores atuais. Para tanto, distribuiu verbas orçamentárias no valor de R\$ 20 milhões aos parlamentares aliados. Além disso, a mesa da Alesp atropelou a votação, sem permitir encaminhamentos por parte da oposição.

UM ANO DE LUTA E RESISTÊNCIA



Estudantes se juntaram aos professores na luta contra o corte de verbas. Na foto, a Deputada Bebel e lideranças estudantis

Diretores e militantes da APEOESP se fizeram presentes em todas as reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação



A deputada Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação

A vitória do governo e derrota da Educação pública se deu após um intenso processo no qual a deputada estadual e segunda presidenta da APEOESP, Professora Bebel, junto com outros deputados da oposição, conseguiu segurar o projeto durante um ano na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), com forte mobilização de professores, estudantes e outros segmentos sociais.

O retardamento da tramitação da PEC 9/2023 foi feito por meio da leitura de votos em separado da bancada de oposição, sendo que o voto em separado da Professora Bebel possuiu mais de 130 páginas, solidamente embasadas em análises da política educacional, dados orçamentários e dados sobre a situação real da Educação no Estado de São Paulo. A deputada anexou ao voto parecer substancial da Defensoria Pública do Estado contrário à aprovação da PEC.

A Professora Bebel e os deputados Reis e Rômulo Fernandes em reunião da Comissão



AUDIÊNCIA PÚBLICA CONQUISTADA



Diretores da APEOESP, professores e estudantes mobilizados na Alesp contra a aprovação do projeto



A Professora Bebel falando na audiência pública para debater o projeto



Primeiro Presidente da APEOESP, Fábio Moraes também ocupou a tribuna durante a audiência pública



Professora Bebel e diretores do sindicato durante votação na Alesp



Estudantes e diretores se mobilizaram para acompanhar a votação e pressionar os deputados.

Em meio ao embate contra a aprovação do projeto, nossa deputada foi porta-voz, no plenário, de reivindicação do movimento para realização de uma audiência pública para debater o projeto. Na manhã de 12 de novembro, mesmo dia da votação em primeiro turno, realizou-se a audiência, na qual a Procuradora de Contas do Estado, Dra Elida Graziane, e a Defensora Pública Estadual, Dra. Gabriele Esposito, expuseram com clareza argumentos contrários ao confisco de verbas, derrubando a absurda afirmação do governo de que estariam “sobrando recursos” na Educação, assim como o pronunciamento do primeiro presidente da APEOESP, Fábio de Moraes, da deputada Professora Bebel, demais entidades educacionais, estudantis, centrais sindicais e movimentos. No entanto, a maioria governista sequer compareceu à audiência para debater.

Aliás, a estes parlamentares só cabe defender os ataques impostos pelo governo estadual, sem qualquer preocupação com a população usuária da escola pública.

Nós vamos lutar cada momento da vida para mostrar a queda que vocês fizeram nos recursos da Educação no Estado de São Paulo. E quero dizer que o ano não se iniciará. Ou se iniciar, será com greve. Porque vocês vão ver o tamanho da desgraça que vocês fizeram na Educação do Estado de São Paulo. Não pararei de lutar um minuto sequer da minha vida.

Resposta da deputada Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, ao Líder do Governo na Alesp, deputada Gilmaci Santos, após a aprovação da PEC 9 pela base aliada.

A LUTA PROSEGUE NA JUSTIÇA E EM TODOS OS ESPAÇOS

Assim que foi publicada da Emenda Constitucional 55/2024, que resultou da aprovação da PEC 9/2023, a APEOESP ingressou com ação do Tribunal de Justiça de São Paulo para assegurar a continuidade da destinação de 30% do orçamento estadual para a Educação.

Continuaremos mobilizados nas ruas, demais espaços e lutando para que esse confisco não se efetive. Sabemos do estado deplorável de nossas escolas, da desvalorização salarial e profissional que sofremos e da necessidade de mais investimentos em ensino de qualidade. Não vamos desistir de barrar esse corte de verbas!



A luta da APEOESP contra o confisco das verbas da Educação começou em 2023, assim que o projeto chegou à Alesp.

COMO O CONFISCO IMPACTA A VIDA DAS PESSOAS

O confisco de quase R\$ 11 bilhões tem impactos diretos na vida de estudantes, professores, funcionários e das famílias. As escolas continuarão sem manutenção adequada, novas escolas não serão construídas, a não ser privatizadas, os profissionais da Educação continuarão desvalorizados, a qualidade do ensino tenderá a cair ainda mais. Não podemos permitir!

VOTO EM SEPARADO COMO PARTE DA LUTA

Leia trechos do *Voto em Separado* apresentado pela deputada Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, na Comissão de Constituição e Justiça contra a PEC 9/2023.

“Trata-se de um dos mais graves momentos da política pública educacional paulista ao longo de toda a sua história. E não foi por incúria – ou falta de aviso – de uma enorme gama de atores institucionais, sindicatos e atores sociais articulados em torno da defesa do direito à Educação. Não é de hoje que se denunciam os discursos liberais, cheios de si, munidos de planilhas e visões empresariais vazias de comprovação quando falavam, irresponsavelmente, que não faltava dinheiro para a Educação. Não é de hoje que se aponta que tais narrativas pouco ou nada se preocupavam com as condições das escolas públicas ou a remuneração dos profissionais da Educação. Pois bem. O governo escutou esse discurso e agora ele legitima uma posição em tudo contrária aos interesses da Educação no estado de São Paulo.

Para cumprir com seu papel frente a tão dramática situação, que pode importar em inequívoco retrocesso que atingirá diretamente aqueles que mais precisam é que o parlamento paulista, a casa do povo de São Paulo, é chamado à responsabilidade de debater e de rejeitar o golpe contra a Educação urdido nos corredores do Palácio dos Bandeirantes.

Como presidenta da Comissão de Educação e Cultura, apoiada por um mandato popular, mas também como professora e segunda presidenta da APEOESP, que representa centenas de milhares de professores, ladeada por tantas outras entidades que atuam em defesa dos interesses de dezenas de milhares de profissionais da Educação, responsáveis pelo atendimento diuturno de quase 4 milhões de estudantes paulistas e suas famílias, ousou pedir às minhas colegas deputadas e meus colegas deputados a assumir o protagonismo que este momento histórico impõe a todos aqueles a quem o povo incumbiu, no exercício de sua soberania popular, de zelar por seus interesses.

É preciso condenar esta PEC ao fracasso antes que ela, uma vez aprovada, restrinja decisivamente o horizonte de sonho e de futuro das nossas filhas e filhos.”

(...)

“É gravíssimo que o Governo do Estado de São Paulo, portanto, ciente que está do próprio descumprimento do Plano Estadual de Educação, prossiga no objetivo criminoso de subtrair recursos da Educação.

Criminoso também é o descuido com a infraestrutura das escolas públicas estaduais que têm sido objeto de apontamentos históricos, ao longo das últimas décadas, por órgãos de controle como o próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – auxiliar desta Assembleia Legislativa – em milhares de processos que indicam a baixa eficiência dos contratos de reforma das escolas e a má qualidade das intervenções contratadas pelo Governo do Estado e custeadas com dinheiro do contribuinte.”

É retirada de verbas da educação, sim, não é flexibilização. Não tem estudo de impacto.

Nós sabemos ler o mundo e o que está por trás deste projeto é o estado mínimo e este é um projeto não inclusivo, excludente, que não favorece os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Deputada estadual Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP na Audiência Pública sobre PEC 9/203 na Alesp – 13/11/2024.



Profª Bebel durante Comissão de Constituição e Justiça apresenta voto em separado

DEPUTADOS(AS) DA BASE GOVERNISTA QUE APROVARAM A PEC 9/2023 - CONFISCO DE VERBAS DA EDUCAÇÃO



VOTAÇÕES EM PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS

Voto em separado da Deputada Professora Bebel na PEC 9/23. Acesse aqui



NÃO ÀS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES!

Juntamente com a deputada Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, demais entidades da Educação e movimentos sociais, nosso Sindicato esteve presente nas mobilizações contra o projeto de escolas cívico-militares na Assembleia Legislativa. Nessa luta, enfrentamos a truculência da Polícia Militar dentro daquela Casa.

O projeto terminou por ser aprovado, mas conseguimos, com liminar mais tarde suspensa pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, impedir que o programa fosse implementado em 2025. Além da nossa ação de inconstitucionalidade no TJSP, a nova lei também enfrenta uma ADIN no Supremo Tribunal Federal (veja matéria nesta edição do Jornal da APEOESP, página 4).

“Estamos falando de uma escola pública onde falta o básico. Faltam funcionários, professores e há salas superlotadas. E estamos debatendo escolas cívico-militares sob o pressuposto da segurança. A polícia tem que estar no entorno da escola para garantir segurança. Dentro da escola nós queremos gestão democrática”.

Fábio de Moraes, primeiro presidente da APEOESP na audiência pública sobre escolas cívico-militares na Alesp – 14/5/2024.

“Os senhores estão atacando frontalmente a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional, que é a Lei de Diretrizes e Bases. A LDB diz que a Educação básica tem que garantir uma sólida formação para que haja o desenvolvimento do estudante no futuro.”

Professora Bebel na Audiência Pública sobre escolas cívico-militares na ALESP – 14/5/2024.



COMBATE ÀS PRIVATIZAÇÕES NO PARLAMENTO



A privatização das escolas estaduais, por meio de leilões da Bolsa de Valores, é parte de uma política privatizante do governo de Tarcísio de Freitas e Renato Feder que envolve diversos outros setores dos serviços públicos.

Tarcísio anunciou e vem colocando em prática planos para privatizar totalmente as linhas do Metrô e da CPTM, a Fundação Casa e muitos outros órgãos, empresas e serviços públicos. Ao mesmo tempo, entrega a latifundiários, grileiros e grupos privados terras do Estado que deveriam ser destinadas à reforma agrária.

Na Alesp, nosso Sindicato esteve presente na luta contra a privatização da SABESP, mobilizando professoras e professores juntamente com o mandato popular da deputada Professora Bebel, nossa segunda presidenta, que ofereceu todas as condições para nossa presença na Casa, sendo uma das principais lideranças na resistência à privatização.

Para conseguir aprovar o projeto, o governo mais uma vez se valeu da truculência policial, reprimindo com violência todas e todos que se manifestavam contra a privatização. Como denunciemos, a qualidade do serviço tende a piorar e as tarifas aumentarem, como ocorreu no caso da ENEL e outras empresas e serviços privatizados.

Continuamos na luta contra todas as privatizações, nas ruas, na Justiça, na Alesp e todos os demais espaços.

MOBILIZAÇÃO E AÇÃO PARLAMENTAR ASSEGURAM CONQUISTAS



Luta nas ruas e no parlamento em defesa da categoria

É sempre importante lembrar que a combinação entre nossa mobilização e o trabalho parlamentar da nossa representante na Assembleia Legislativa já produziu algumas conquistas relevantes. Podemos citar o fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas e a prorrogação dos contratos dos professores da categoria O, ambas em 2022 e a garantia de cumprimentos das APDs (Atividades Pedagógicas Diversificadas) em local de livre escolha dos professores e não conforme determinação do secretário da Educação, como originalmente estava previsto no projeto do governo. Em todas essas conquistas, obtidas com a unanimidade dos deputados, fato muito raro na Alesp, foi fundamental o papel da deputada Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP.



APEOESP conquista vitória Judicial contra a SEDUC e garante direitos aos professores



A APEOESP, por meio de seu Departamento Jurídico, obteve mais uma vitória significativa na defesa dos direitos dos professores. A ação contestava a decisão da Secretaria da Educação (SEDUC) que impedia que docentes com contratos extintos, devido a alegado descumprimento de deveres, assumissem cargos efetivos. Após a concessão de uma liminar favorável, permitindo a participação desses professores na escolha de vagas, conforme divulgado no Boletim APEOESP Informa Urgente nº 68, a vitória foi solidificada com uma nova decisão judicial.

O juiz responsável pela ação ratificou a liminar e julgou procedente a ação, anulando a medida arbitrária da SEDUC. A sentença garante que todos os professores aprovados tenham direito à posse de seus cargos, assegurando seus direitos e consolidando mais uma vitória para a categoria.

Apesar de a SEDUC ainda poder recorrer da decisão, a APEOESP reafirma seu compromisso de continuar firme na luta pela defesa dos direitos dos professores, garantindo que nenhuma conquista seja retirada.

APEOESP conquista liminar que suspende efeitos da lei do Programa Cívico-Militar no Estado de São Paulo



A APEOESP obteve uma importante vitória jurídica no combate ao Programa Estadual de Escolas Cívico-Militares. O Desembargador Figueiredo Gonçalves, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ajuizada pelo Sindicato, suspendendo os efeitos da lei que cria o programa. A norma, aprovada por 52 deputados bolsonaristas na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em maio deste ano, foi sancionada sob forte repressão policial, e sua implementação agora encontra obstáculos jurídicos.

A ADIN foi protocolada por iniciativa da segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel, que, liderou a mobilização de profissionais da Educação, estudantes, funcionários e movimentos sociais contra a aprovação do programa.

A decisão do Desembargador Figueiredo Gonçalves suspende a eficácia da Lei Complementar Estadual nº 1.398, de 28 de maio de 2024, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre a ADI 7662, que ainda está em tramitação. A liminar foi obtida após recurso interposto pela APEOESP, já que o pedido inicial havia sido negado.

Em 25 de novembro de 2024, o Ministro Gilmar Mendes suspendeu os efeitos da liminar até o julgamento da ADI 7662. Porém, ressalta-se que a implantação do Programa, em decorrência da concessão da liminar, foi adiada para o ano de 2026.

SEDUC recua e retira obrigatoriedade de participação no Programa Multiplica após ação da APEOESP



Em resposta à ação judicial movida pela APEOESP, a Secretaria da Educação (SEDUC) do Estado de São Paulo recuou e retirou a obrigatoriedade de participação no Programa Multiplica como critério para a recondução dos professores da Categoria O. A mudança foi oficializada por meio da publicação da Resolução SEDUC nº 62/2024, que revoga a medida imposta anteriormente.

O recuo da SEDUC ocorre em um momento de crescente pressão jurídica e temores de uma nova derrota no judiciário, que já havia favorecido a APEOESP em outras questões relacionadas à Educação no Estado.

Justiça concede liminar à APEOESP e suspende desconto de faltas para classificação de atribuição de classes



A Dra. Maria Gabriella Pavlopoulos Spaolonzi, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar favorável à APEOESP em uma Ação Civil Pública, determinando que o Estado de São Paulo não aplique o desconto das faltas de efetivo exercício na pontuação para a classificação no processo de atribuição de classes e aulas para o ano de 2025.

Apesar da decisão, o Estado tem o direito de recorrer, e a APEOESP adotará medidas para garantir a continuidade da liminar até o julgamento final do mérito, caso haja uma suspensão da decisão judicial.

Justiça determina cumprimento da Lei 11.738/2008 em Taiaçu



A Justiça de Taiaçu, município localizado na região de Bebedouro, determinou que a Prefeitura cumpra integralmente o disposto na Lei 11.738/2008, que regula a jornada de trabalho dos professores municipais. A decisão exige que, no mínimo, 33% da carga horária semanal seja destinada a atividades extraclasse, sem a presença dos alunos.

Essa medida segue o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece que os 33% não devem ser calculados com base na duração das aulas, mas sim na quantidade total de aulas.

Para uma jornada de 40 horas semanais, pelo menos 14 dessas aulas precisam ser voltadas para atividades extraclasses.

A relatora do parecer que embasa a decisão é a deputada estadual Professora Bebel, também segunda presidente da APEOESP, que na época atuava como conselheira do CNE. A APEOESP continua a lutar para garantir que a Lei 11.738/2008 seja aplicada integralmente, tanto no que diz respeito à jornada como aos salários.